

## REFLEXÕES SOBRE UMA FALSA DICOTOMIA: MODERNO / PÓS-MODERNO

*Heidrun Krieger Olinto*  
PUC-RJ

Em três décadas de discussão sobre o pós-moderno em sua problemática relação com o moderno, o próprio termo parece induzir interpretações difusas de impossível precisão, uma situação favorecida, ainda, pela expansão perturbadora em esferas como literatura, arquitetura e artes em geral; em debates sobre a construção de novos paradigmas científicos; em diagnósticos sobre a sociedade e a esfera da vida quotidiana; na tematização de diversas dimensões filosóficas, políticas e éticas.

O propósito de minhas reflexões diante destes questionamentos situa-se como avaliação dos pressupostos subjacentes a hipóteses de existência de uma ruptura e, também, aos argumentos que a criticam. A pergunta sobre o fim – ou não – do projeto moderno será analisado a partir de respostas ensaiadas por três autores especialmente sintonizados com questões abrangentes que, por um lado, transcendem o espaço da cultura contemporânea mas, por outro, revelam-se sensíveis às suas manifestações na esfera da arte e da literatura: Wolfgang Iser, Siegfried Schmidt e Andreas Huyssen.

Difícilmente uma análise desta problemática, em perspectiva histórica, teria escapado de diagnósticos aliados a indiferença e aleatoriedade diante da complexidade e amplitude de questões envolvidas que demandam excessivas travessias disciplinares, impossíveis para o crítico da cultura tradicional e difíceis para o pensador dos anos 90. Neste sentido, não deixa de ser plausível que tenha assumido proporções incontáveis e popularidade

espontânea um entendimento amalgamado com a (des)confortável sensação do *anything goes*.

Em todo o caso – e apesar do nome de batismo possivelmente mal escolhido e sujeito a complicados equívocos – a consciência de que muita coisa mudou, expressa-se hoje comumente pelo termo pós-moderno, tanto em sua forma adjetivada quanto substantivada. Nesta situação, trata-se, antes de mais nada, de salvar uma racionalidade para o pós-moderno capaz de desacreditar o coquetel semântico de especiarias exóticas que evoca sensibilidades e atmosferas nebulosas sem expor noções e conceitos ao olhar crítico. Essa versão, digamos exigente, não segue modismos dúbios do cenário cultural, mas na perspectiva do filósofo alemão Wolfgang Iser pelo menos, ensaia pela via crítica o valor teórico e prático do pós-moderno enquanto expressão de “verdadeira pluralidade” (1987:p.2). As suas reflexões privilegiam confrontação fundamentada e não querelas em estilo “parque de diversão”; pluralismo da realidade social e não da cultura de consumo; o mundo da experiência cotidiana e não o mundo do folhetim (p.3). Esse tipo de “pós-modernismo verdadeiro” não se entende como fenômeno de limites estreitos, reduzido à condição americana e ao pensamento francês, nem como fenômeno de vida breve, porque tenta elaborar questões profundas e problemáticas da situação contemporânea. Assim, mesmo quando o pós-moderno deixar de ser o centro da discussão em curso, não terá o seu valor e mérito diminuído.

Parece evidente e plausível que realidade e vida cotidiana passaram a ser percebidas como pós-modernas nesta situação global e radical de simultaneidades e interpenetração de conceitos e experiências heterogêneas que constroem a nossa visão do real. Se assumirmos com Iser que o pós-moderno não inventou essa situação, podemos também aceitar que o momento atual oferece boas oportunidades para refletir e expor-se à pluralidade extrema como condição básica da nossa experiência vivencial. Uma

primeira distinção dessa consciência plural percebe-se hoje, portanto, no fenômeno de sua abrangência radical enquanto condição fundamental de sociedades em que predominam práticas de ação e formas de construção de sentido plurais.

Este reconhecimento permite deduzir que uma das experiências fundantes do pós-moderno se manifesta no direito incontestável a “formas de saber, projetos de vida e modelos de ação altamente diferenciados” (p.5). Trata-se, obviamente, de uma visão distante de interpretações que acentuam, ao contrário, processos de dissolução. Segundo Welsch, implícita nela encontra-se uma experiência-chave relativamente simples: “... os mesmíssimos fatos apresentam-se numa ótica alterada de modo completamente diferente, mas esta ótica outra não possui menos luz do que a primeira, apenas luz distinta... O modelo solar antigo – um sol para tudo – perdeu validade ao revelar sua inadequação. Essa experiência, se não a rejeitarmos mas, pelo contrário, deixarmos que frutifique, experimentaremos o pós-moderno. Daí em diante, então, verdade, justiça, humanidade se escrevem no plural” (p.5).

Uma das conseqüências desse pluralismo fundante manifesta-se pela opção anti-totalitária que questiona antigas e novas formas hegemônicas a favor da multiplicidade de concepções, jogos de linguagem e formas de vida heterogêneas. Essa percepção, de profundo compromisso ético, denuncia demandas exclusivistas como fruto da transformação ilegítima de princípios particulares em princípios monopolistas absolutos. Em última instância, esse tipo de consciência pós-modernista expõe as suas armas críticas e políticas ao radicalizar a possibilidade de opções perante “modos de vida e formas de ação, tipos de pensamento e concepções de sociedade, sistemas de orientação e minoridades” (p.5). A repetição desse repertório pluralista em variadas esferas experienciadas como pós-modernas, permite

pensar que se trata de uma orientação uniforme e, neste sentido, é legítimo supor que ela possa adquirir valor de concepção.

A aceitação do pluralismo como conteúdo básico do pós-moderno facilita, ainda, desvelar outro mal-entendido freqüente ao sinalizar como equívoco a sua identificação como anti – e trans-moderno.

A própria modernidade do século XX enfatizou e propagou máximas pluralistas em esferas como ciência e arte. Mas enquanto, então, se tratava de projetos utópicos, esses desejos hoje assumiram forma perceptível em todos os domínios da realidade. Em outras palavras, o pós-moderno, na verdade, é radicalmente moderno e não pós-moderno (p.6). Essa conclusão, à primeira vista surpreendente, encontrou uma expressão pertinente no título do livro de Welsch, *Unsere postmoderne Moderne (Nossa modernidade pós-moderna)*, de 1987, onde o adjetivo qualifica de modo enfático a forma de compreender o substantivo. Por isso, a nossa modernidade se caracteriza pela marca do pós-moderno, precisamente à medida em que realizamos o *pós-moderno* (p.6). Nessa visão, a modernidade pós-moderna se apresenta como pós-moderna no sentido temporal, não quando comparada com a modernidade do século XX, mas apenas quando confrontada com a modernidade mais antiga no sentido de *Neuzeit (Tempos Modernos)*. O pós-moderno demissiona uma série de projetos obsessivos desta: projetos articulados em torno de sonhos de unidade, desde a *mathesis universalis* e a filosofia da historia universal aos esboços globais de utopias sociais. À medida que o pós-moderno pluralista se identifica pela ruptura com esses projetos totalitários, ele exhibe a marca do *pós-neuzeitlich* no sentido acima referido. Em compensação, se a nossa orientação se fundar sobre a modernidade do século XX, emerge a pós-modernidade sob o signo do moderno em sua forma radical. Esse modelo esboçado por Welsch ofertà uma solução atraente e que parece aceitável mesmo quando sinaliza pontos importantes de

discordância. Por exemplo, embora comprometido com a modernidade deste século, não subscreve certas tendências modernistas, antes de mais nada, a ideologia expressa pela dinâmica de inovação e superação. No contexto da argumentação, seria equivocado compreender a pós-modernidade como processo de substituição. Para Welsch, um gesto de superação por parte da pós-modernidade equivaleria a uma traição, ou melhor, a uma manifestação de dependência da modernidade. No caso, ela não estaria comprometida com a tendência prospectiva, multifacetada da modernidade, mas permaneceria presa aos resquícios dúbios da modernidade enquanto entendida como *Neuzeit*, porque tudo indica que a ideologia modernista da superação constante espelha precisamente a forma dinâmica moderna do decreto absolutista *neuzeitlich* (p.7).

Também a concepção de história idealizada pela pós-modernidade não se alinha com essas categorias de ultrapassagem. Creio que essa afirmação de Welsch, por assim dizer entre parênteses, adquire valor e sabor pelo fato de que, neste ínterim, a própria modernidade se transformou em tradição e, portanto, ela e seus projetos só podem ser assimilados se não os rejeitarmos enquanto tradição. Em suma, trata-se de uma das experiências-chave da nova consciência pós-moderna e de uma reflexão importante sobre o processo histórico e a sua escrita (p.7).

A pluralidade pós-moderna, todavia, não contabiliza apenas ganhos, à medida que provoca igualmente uma sensibilidade renovada com respeito a problemas de natureza prática e teórica. Já sinalizamos o comprometimento ético do pós-moderno que demanda modos alterados de lidar com formas pluralistas. Formas mais complexas e difíceis por causa de sua radicalidade e abrangência. É neste sentido que se torna urgente uma ética inovadora condizente com o pluralismo radical e, por isso, necessariamente conflitante e contraditória. As próprias formas de racionalidade precisam abandonar o recurso a modelos únicos. Por

outro lado, a propagada heterogeneidade da racionalidade não deve transformar-se em última palavra, porque o dogma da heterogeneidade absoluta comporta riscos consideráveis. A proposta de Welsch aponta para uma concepção de racionalidade que se apresenta sob a bandeira da "razão transversal". Uma razão que não ignora critérios de diferença e nem abandona possibilidades de comunicação; uma razão que preserva os limites de formas de racionalidade distintas e estimula travessias e discussões reescrevendo, assim, a função clássica da razão. Em outras palavras, uma razão transversal (p.7).

Bernhard Waldenfels, citado pelo autor, fala em rede de campos de racionalidade, discursos, formas de vida e mundos vivenciais que não apenas se excluem mas que, também, se superpõem (1985:p.116). Essas formas laterais, de intercâmbio, não são representadas apenas por nós e transições; elas comportam, igualmente zonas de conflito. E, neste sentido, a concepção da razão transversal se equilibra entre o moderno e o pós-moderno. Se, por um lado, questiona as aporias de totalidade da modernidade, por outro contabiliza os interesses pós-modernos pela diferenciação à medida que se compromete, por princípio, com transições. E da escala destas fazem parte a verificação e indicação de diferenças. Trata-se, assim, de um modelo que corrige o dogma da heterogeneidade absoluta do pós-moderno rígido sem, no entanto, submeter-se à tendência de certas posições modernas de favorecer reduções e nivelamentos. Sob esta ótica, outro ponto problemático permite ser visto numa perspectiva diferenciada: a idéia da incomensurabilidade só vale quando não transformada em princípio universal.

Assim, se apesar dessas longas querelas nas últimas décadas conceitos básicos envolvidos na discussão sobre o pós-moderno não só permaneceram indefinidos mas provavelmente são indefiníveis, na argumentação de Schmidt, em seu artigo "Liquidation oder Transformation der Moderne?" (1987), este fato

se deve também à potencialização das opções, quando o pós-moderno é confrontado, por seu lado, com conceitos altamente indefinidos em torno do moderno ou da modernidade. Como tal situação aparentemente incomoda poucos, o teórico da cultura propõe entender a circulação destes termos não como tentativa de descrever conceitos exatos, mas antes como bandeira levantada em diversas lutas culturais para sinalizar determinadas posições na cartografia intelectual (p.53). Neste sentido, uma importante questão anterior aos esforços de definição devia esclarecer os interesses envolvidos numa proclamação do fim, ou da continuação, da modernidade. Quem e por que razões e intenções e em função de que propósitos estaria motivado a promover idéias de ruptura e/ou de sucessão? A pertinência da pergunta é sublinhada pelo lembrete de que definições temáticas de conceitos como moderno e pós-moderno são constructos elaborados na dependência de sujeitos históricos concretos a partir de determinados valores e interesses científicos, políticos e sociais por eles hipotecados, ainda que freqüentemente de forma tácita ou estrategicamente dissimulados. Uma discussão séria, obviamente, implicaria, antes de mais nada, uma explicitação dos constructos teórico-empíricos articulados em volta destes termos. Segundo uma sugestão de Schmidt a elaboração de modelos relativos a estes poderia iniciar-se pela análise dos distintos elementos implicados numa pergunta mais ou menos assim: como a nossa sociedade lidou até hoje com a síndrome de crise enfaticamente presente na consciência contemporânea desde o início do século XX? (p.54).

Em modelos historiográficos da época situada entre 1890 e 1920, referentes a diversas esferas da sociedade – ciência, política, economia e arte, prevalece um consenso amplo sobre a crise profunda do modelo europeu de realidade. A emergência daquilo que chamamos geralmente de *Moderne* (modernidade) corresponde, de certo modo, a uma tentativa de dominar essa

síndrome de crise cujos aspectos fundamentais dizem respeito a mudanças profundas nos modelos de realidade, história, tempo, racionalidade, subjetividade, linguagem, sexualidade, sentido e valor. Esferas disciplinares como filosofia, psicanálise e sociologia ofereceram novas dimensões de construções da realidade, multiplicando-a; físicos como Einstein e Bohr evidenciaram o papel do observador na análise da realidade e os modelos desta passaram a ser vistos na dependência de perspectivas, interesses e necessidades perdendo, assim, a possibilidade de uma ótica central. Uma situação semelhante se repete na história com a despedida de teorias explicativas causais e lineares, tornando-a "móvel e citável" (p.55).

Esses e outros desenvolvimentos cumularam numa síndrome de crise caracterizável pela emergência da sensação de irracionalismo e subjetivismo que afetou simultaneamente teorias históricas e sociais que perderam credibilidade. Ao mesmo tempo, a linguagem é questionada enquanto garantia de referência à realidade e enquanto comunicação social bem sucedida.

A ambivalência desse ataque geral à visão do mundo europeu sente-se no surgimento simultâneo tanto de experiências de fragmentação quanto de imaginação criativa, perceptíveis entre outros, no exemplo da dissolução da identidade subjetiva que dá lugar à multiplicação de identidades e, nas ciências, no exemplo da crise do princípio da causalidade, experimentadas todas elas, ao mesmo tempo, como perda de sentido e liberação de potencialidades inventivas. A mescla dessas sensações apocalípticas com expectativas eufóricas diante da possibilidade de inovações radicais emerge como ingrediente mais poderoso da imagem abrangente, ainda que vaga, dessa síndrome. Para dar-lhe contornos, segundo a proposta de Schmidt, seria necessário especificar as reações à crise nos diversos sistemas sociais, da política à literatura, por exemplo, porque são elas que tematizam diferentes aspectos e perspectivas dessa síndrome. Nesta análise é

preciso considerar também que, embora as transformações dos distintos sistemas sociais se apresentam de modo co-evolutivo, esse termo não pode ser traduzido por sincronizável, à medida que inexistem relações causais simples entre eles (p.57).

Uma análise da esfera das artes e da literatura revela que os artistas adotam posturas antinormativas motivados pelo princípio de inovação, sendo uma das conseqüências o envelhecimento de seus produtos com crescente velocidade. Segundo a tese de Schmidt todos os agentes do sistema artístico e literário oferecem, desde o início do século, reações contra a síndrome de crise, exemplificáveis pela vanguarda canônica que se caracteriza pelo conjunto temático antes esboçado. No entanto, esse vanguardismo e sua fixação em progresso, inovação e aceleração tornou-se, ele mesmo, canônico na sua retomada após a Segunda Guerra Mundial ainda que, então, tematizava de novo os velhos temas da síndrome da crise européia, mas em circunstâncias políticas e sociais totalmente alteradas. Podemos assumir, portanto, como óbvio que a nova discussão, pela mudança do próprio contexto histórico, não pode simplesmente ser avaliada como imitação ou mera repetição do projeto da modernidade, na perspectiva de hoje, chamada de clássica. Mesmo assim, certas semelhanças de superfície pareciam tão grandes que uma parte da crítica dos anos 70 podia alegar, com sucesso, que a modernidade pós-guerra se tinha esgotado na imitação de temáticas já inscritas em movimentos como o futurismo, expressionismo, dadaísmo e surrealismo. Entre os componentes canônicos destas variantes vanguardistas da modernidade destacam-se, facilmente, o princípio da dinamização permanente do sistema artístico e literário pela inovação; a postura otimista por acreditar ter atingido o ponto mais avançado do tempo e a fé na capacidade de projetar programas bem sucedidos para o futuro; a compreensão do estilo como expressão da subjetividade; a rejeição de mimese e narração; a teorização e autoreflexividade como instrumentos de

transformação no sistema artístico e literário; a confiança na sincronicidade de transformações estéticas e políticas; o postulado básico da antinormatividade. Sob esta ótica, produtos culturais sem sintonia com esse repertório canônico passaram à qualificação de irrelevantes para o progresso artístico.

O desenvolvimento desse conjunto de quesitos da modernidade favorecia, paralelamente, uma diferenciação social mais expressiva entre as elites envolvidas nos processos de produção e recepção e — nas palavras de Schmidt — os “eternamente atrasados” (p.59). Além do mais facilitava, em última instância, o surgimento de um normativismo e academicismo inflexíveis (e insuportáveis), agravados pelo fato de excluir outras possibilidades, como a própria determinação da função da arte e literatura e a sua relação com a sociedade.

Mas, se por um lado, o repertório da modernidade vanguardista enfrenta hoje dificuldades de encontrar quem o subscreva, por outro, as novas palavras de ordem, traduzíveis em termos de apatia teórica, ecletismo, aleatoriedade, irracionalismo, abandono do programa do Esclarecimento e desistência de modelos dialéticos são também alarmantes. Para Schmidt, projetos alternativos não se habilitam pela liquidação irracionalista da modernidade vanguardista. Diagnósticos menos unilaterais permitem relacionar a situação atual de transição com a síndrome da crise que modificou, a partir do início do século, o mundo europeu intelectual, artístico, político e social de tal modo que se tornou legítimo falar em mudança paradigmática sócio-cultural. A sua análise habilita-se pela aproximação desta crise com questões desenvolvidas nas duas últimas décadas, de forma complementar, em diversas ciências sob o título de construtivismo radical.

Segundo pressupostos epistemológicos construtivistas não percebemos uma realidade objetiva, mas construímos intersubjetivamente modelos de mundo de acordo com particularidades biológicas da espécie, acrescidas por fatores

psico-sociais e modelos de pensamento internalizados no decorrer de nossa socialização. Uma das sínteses favoritas de Schmidt, em homenagem a Humberto Maturana, expressa essa condição do seguinte modo: produzimos literalmente o mundo em que vivemos ao vivê-lo (p.63). Nesta mesma perspectiva, nossas experiências não são dedutíveis de causas verdadeiras, porque quando buscamos causas de nossas percepções ou de idéias encontramos uma multiplicidade de detalhes e relações recíprocas, percepções de percepções ou descrições de descrições de descrições. Nas hipóteses de teorias cognitivas construtivistas as questões filosóficas tradicionais sobre a representação de uma realidade objetiva foram substituídas por novas perguntas circunstanciadas: como, por quê, sob que condições e a partir de que interesses fazemos experiências e as transformamos em conhecimento?

Uma das conseqüências do abandono da perseguição de verdades absolutas e conhecimentos objetivos e do privilégio dado a soluções limitadas, parciais e reversíveis no confronto com problemas, é a passagem para primeiro plano do sujeito (coletivo), do processo cognitivo e dos interesses, necessidades e motivos de sujeitos, grupos sociais e comunidades concretas e suas ações e experiências subjacentes a todas as construções da(s) realidade(s). Neste caso – e eis a implicação enfática para Schmidt – ninguém possui saberes e verdades que possa impor aos outros e “em nome dos quais possa dominar, perseguir e queimar os outros” (p.64).

Nessa teoria cognitiva construtivista são os aspectos e compromissos éticos que validam fundamentos e objetivos de processos de conhecimento. Nas palavras do autor, o terrorismo da verdade precisa ser substituído pela compreensão da necessidade de cooperação e solidariedade na busca de solucionar problemas. Essa forma de entendimento terá implicações, também, para a consideração de outros grupos sociais ou culturais. Programas sociais e culturas não são formas diferentes de

elaboração de uma realidade preexistente uniforme para todos os homens, mas formas diferentes de construção de realidade(s) compreendida(s) como tecido dinâmico de micro – e macro – processos interativos, que se desenvolvem em flutuação co-evolutiva e flexível. Essa visão, de orientação sistêmica, do homem e da realidade rompe, antes de mais nada, com visões dicotômicas do mundo em diversos níveis, à medida que a figura de pensamento dessas teorias sistêmicas não se funda no isto *ou* aquilo, mas no isto *e* aquilo.

No decorrer dos anos 80, o sociólogo alemão Niklas Luhmann transformou-se em referência freqüente pela elaboração de teorias sistêmicas que permitem lidar com complexidades crescentes e de constante transformação. A novidade de seus modelos está na radicalização de análises funcionais que dispensam pressupostos de estruturas globais subjacentes aos componentes sistêmicos parciais que as condicionam. Em outras palavras, o modelo não comporta partes subordinadas a uma totalidade. Segundo Luhmann, sistemas sociais podem ser identificados como sistemas de construção de sentido, traduzíveis como modelos que reduzem a complexidade de contextos circundantes indeterminados. O que, à primeira vista, pode parecer mero modelo de redução revela seu potencial ilimitado à medida que sistemas sociais – ou seja, sistemas de sentido – podem ser compreendidos como resultado de processos seletivos que preservam possibilidades não atualizadas, mantendo-se, assim, uma identidade sistêmica atravessada por permanente inquietude e mobilidade (1984:p.98).

A construção de sentido, equivalente à construção de identidades, caminha neste modelo, por assim dizer, na via dupla da estabilidade/instabilidade, privilegiando categorias como equilíbrio instável e dinâmica estável. Essas novas teorias modelam sistemas sociais autopoieticos e auto-referenciais, à medida que se produzem/reproduzem pela diferenciação móvel

de sistema/ambiência em função de contornos ou fronteiras porosas e interpenetráveis. Trata-se, portanto, de teorias que tentam lidar com a condição complementar das duas esferas, ao invés de enfatizar a exclusão de um dos componentes do par dicotômico. Pelo fato de seu modelo de sistema/ambiência circundante (*Struktur/Umwelt*) não eliminar oposições binárias, mas supor relações intercambiáveis e reajustáveis, Luhmann oferece perspectivas importantes para descrever sistemas literários.

A operacionalidade do modelo de Luhmann funda-se na diferenciação de duas distinções que permitem descrever o espaço combinatório incluindo, também, a evolução do sistema e ordens de crescente complexidade. Este tipo de análise não fica sem efeito sobre as concepções de racionalidade em sociedades contemporâneas. Segundo ele, os conceitos tradicionais de racionalidade se alimentavam da existência de pressupostos externos na construção de sentido, visíveis, por exemplo, em modelos referenciais de imitação de leis da natureza. A perda de fé na representação de pontos de vista únicos e verdadeiros implica, também, a perda de fundamentação dessas hipóteses.

Esta perspectiva permite, também esclarecer certos equívocos no contexto das discussões articuladas a partir do "pseudônimo infeliz do pós-moderno" (1992:p.41). As análises propostas por Luhmann esvaziam a possibilidade de caracterizar a relação entre moderno e pós-moderno pelo contraste e pela cesura. De acordo com o raciocínio do autor, se o conceito do pós-moderno evoca a falta de uma descrição uniforme do mundo, de uma razão de caráter obrigatório para todos ou, pelo menos de uma atitude correta e comum diante do mundo e da sociedade, essa situação se explica como resultado das condições que a própria sociedade moderna gerou. Ela não suporta idéias e soluções finais e, tampouco, autoridade. Por essa razão, também, não pode conhecer posições a partir das quais uma sociedade possa ser descrita como modelo obrigatório para todos os outros

(p.42). Luhmann vincula essas considerações com perguntas pertinentes: será, então, que o *uno* é simplesmente substituído pelo múltiplo? Será que a unidade do mundo e a unidade da sociedade se dissolvem irreversivelmente numa multiplicidade de sistemas e discursos? Será que relativismo, historicismo e pluralismo são as respostas últimas, desde sempre presentes quando se fala em liberdade? (p.43). A solução do paradoxo encontra-se, para ele, novamente na observação da diferença de sistema e ambiência que pressupõe a realização de uma observação que distingue as duas esferas. O mecanismo da observação se baseia na escolha de distinções e ela própria pode ser observada com respeito às distinções escolhidas ou evitadas. "Eis a fonte do relativismo", diria o autor (p.44). A sua visão conclusiva é esta: "... à medida que dispomos de grande quantidade de distinções e o mesmo pode ser distinguido de modos muito diferentes, não existe uma realidade anterior e independente do observador" (p.45). Conclusão esta que reafirma o princípio do conhecimento como construção (1988).

Uma das vantagens desta proposta para analisar sistemas literários diz respeito, por exemplo, à inclusão do não-literário na categoria tradicional do literário, formando as duas esferas uma unidade relacional auto-reguladora com fronteiras maleáveis. Os limites entre sistema/ambiência, responsáveis pela construção de identidades e sentidos, existem, no entanto, em estado permeável e provisório.

O que torna o modelo de Luhmann especialmente atraente para Schmidt é a sua tese de que a sociedade, em seu conjunto, possa ser descrita como sistema autopoietico, auto-referencial e auto-organizativo. As fronteiras entre sistema/ambiência são vistas como simultaneamente porosas e discriminatórias, o que permite compreender os vínculos entre os dois elos como interativos e processuais. Assim, as oposições binárias que formam o seu quadro conceitual, na verdade, não operam como dicotomias

excludentes, mas oferecem a possibilidade de articular globalidades sistêmicas dinâmicas, suas relações internas e interpenetrações com ambiências externas de modo inovador. Schmidt valoriza, particularmente, a substituição do teorema da exclusão, traduzido, portanto, pela expressão do “isto *ou* aquilo”, pela fórmula de complementariedade do “isto *e* aquilo”, porque essa perspectiva abre caminhos para modelos de sociedade que lidam com o pluralismo de estruturas dinâmicas e não discriminam aspectos opostos em detrimento de um dos lados, mas os entendem como suplementares (1987:p.66-67). Quadros teóricos que operam com a inserção da diferença não sintonizam com concepções globais e definitivas, dualismos e hierarquias, mas com construções de mundo parciais e reconsideráveis, que desenham identidades provisórias, equilíbrios flutuantes.

Para Schmidt, por exemplo, o futuro de uma teoria da literatura se situa no contexto de uma ciência da literatura empírica construtivista fundada sobre teorias sistêmicas complexas e comprometida com a exploração dos potenciais de uma “interdisciplinaridade séria” (1992:p.17) — freqüentemente declarada indispensável, mas raramente realizada de fato. Ele e o seu grupo de pesquisa NIKOL desenvolveram, a partir do início dos anos 80, uma ciência da literatura empírica fundada, do ponto de vista epistemológico, sobre esses pressupostos construtivistas radicais. Nesta perspectiva, literatura não pode ser uma marca textual definível pela categoria da literariedade e por princípios estruturais, mas precisa ser entendida como disposição de participantes em relação a ações comunicativas, como esfera de ação social específica incorporada ao sistema sociocultural, que forma junto com outros, tais como ciência, política, economia, etc., um sistema social global.

Uma teoria da literatura concebida nesta ótica construtivista como teoria da ação não tematiza, então, o texto literário como entidade autônoma, mas diversas dimensões do sistema literatura,

tais como produção, mediação, recepção e análise teórica de textos literários. Textos são literários apenas na perspectiva dessas constelações acionais sociais concretas, em sistemas históricos definidos por determinados processos de socialização, necessidades cognitivas e afetivas, intenções e motivações gerais, e, ainda, por condicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais que correspondem aos sistemas de pressupostos de sua ação. Em função dessas articulações, textos são julgados e dotados de sentido.

O acento da ciência da literatura empírica sobre a esfera "difusa" da "vida literária" e sua dinâmica é acompanhado, em nível teórico e empírico, pela procura e construção de quadros capazes de tematizar essa transição. Este modelo demanda, então, a integração de outros contextos e esferas — "ainda que por enquanto não saibamos quais e quantos", como diria o próprio Schmidt (1986:p.3) — e, por isso, precisa articular as suas preferências teóricas com molduras eficientes para problematizar a complexidade de forma elástica e abrangente.

O desafio maior situa-se, então, na elaboração de teorias e modelos que oferecem a possibilidade de investigar sistemas de diferenciação social altamente complexos, que analisem não só a pluralidade de papéis sociais, mas também as suas inter-relações variáveis *ad infinitum*. Essas novas molduras teóricas precisam ser extremamente flexíveis para poder lidar com eventos e processos dinâmicos.

Em suma, delineia-se nesta proposta a moldura de uma teoria da literatura "pós-moderna" (1989:p.63).

A terceira investigação da questão tematizada é de Andreas Huyssen, um dos teóricos da cultura com sensibilidade especial para analisar transformações e deslocamentos, que problematiza no ensaio "The Fate of Difference: Pluralism, Politics, and the Postmodern", de modo exemplar, processos de canonização na teoria da literatura a partir da avaliação crítica, tanto das

discussões em torno do pós-estruturalismo, quanto da querela sobre o pós-moderno, comparando-os com os *Cultural Studies* emergentes (1993:p.303-311). Sua investigação refere-se, de um lado, ao papel que teorias pós-estruturalistas, com ênfase em questões de representação e diferença, possam ter no debate acerca do multiculturalismo. De outro, Huyssen retoma as discussões politizadas sobre o pós-moderno, no início dos anos 80, e a subsequente distinção entre uma tendência de resistência e outra afirmativa, popularizada pela expressão do já citado “anything goes”, para ensaiar a seguinte pergunta: será que os novos *Cultural Studies*, acentuando temas vinculados a gênero e sexualidade, classe e raça, representam uma continuidade do pós-moderno de resistência, ou, pelo contrário, um novo ponto de partida que o descarta como tentativa “esquecível” por reassegurar – mais uma vez – a superioridade cultural euro-americana no momento do fracasso de ideologias de modernização mais antigas?

Se, atualmente, pouco sobrevive da atmosfera aquecida e ácida que temperava o macro-debate em torno do pós-moderno de inícios até meados da década passada, essa constatação não equivale, para ele, à solução das questões então colocadas que, ainda hoje, permanecem urgentes para redefinir o lugar da cultura contemporânea. Mas pode ser tomado por indicador óbvio do enfraquecimento do furor inicial causado por indagações e perplexidades numa cultura acelerada, em que nada cativa nossa atenção, preocupação e imaginação por tempo prolongado (p.304). O que me interessa nessa retomada, além do acento dado por Huyssen aos motivos para o esfriamento do interesse, e do subsequente desaparecimento do centro dos debates de um discurso de inquestionável sucesso no campo cultural é, na verdade, o destaque dado ao termo escolhido para citar as figuras mais empenhadas e vistas, na perspectiva atual, como representantes máximos desta discussão inicial: *The Holy Family*. Nome que canoniza de modo inquestionável os seus membros. No

caso, Habermas, Lyotard e Jameson, protagonistas canônicos no palco igualmente canonizado, onde se encena, de forma experimental, a consciência alterada e se mede a temperatura e a distância do novo campo cultural, em relação a determinados projetos modernistas, também eles canonizados e institucionalizados sob o rótulo de clássicos, em diversos espaços mediáticos, como Bauhaus, a pintura abstrata, Schönberg, o alto modernismo na literatura (p.304).

Curioso é que, enquanto na cena de primeira hora se cristalizava um modernismo supostamente homogêneo em torno da categoria de "alto modernismo", transformando em singular os movimentos vanguardistas plurais para, enquanto bloco coeso e contrastivo, dar contorno e visibilidade a uma nova dominante cultural que despontava sob a bandeira da fragmentação e da disseminação, em certas retrospectivas pontuais se pulverizou o modernismo de tal modo que de – como já aventamos – ixou de ser perceptível como pano de fundo do pós-moderno e, antes, se transformou em seu momento radicalizado. Uma trajetória facilitada, segundo Huyssen, pela dificuldade em reconhecer a novidade do pós-moderno devido à ausência de inovações formais e estilísticas radicais que ainda caracterizaram o movimento modernista e as vanguardas históricas dos anos 20.

Ainda assim permanece como efeito guarda-chuva uma idéia vaga mas forte, também para ele, de afastamento de certo tipo de modernismo e a consciência de que muitas coisas mudaram. Entre elas, e de modo geral, a relação entre a esfera social e a esfera cultural e, no nível desta, o *status* enfraquecido da alta cultura e a emergência de culturas oriundas de múltiplas, e assim chamadas, minoridades.

Como explicar, no entanto, a canonização estrondosa dos debates em torno do pós-moderno na década de 80 e o suposto abandono como centro organizador do discurso crítico em anos recentes? Uma análise dos textos canônicos do debate, *A condição*

*pós-moderna*, de Lyotard (1979), o discurso de Habermas por ocasião da entrega do prêmio Adorno, “Modernidade – um Projeto Incompleto” (1981), a resposta de Lyotard a Habermas, e várias contribuições de Jameson, entre as quais se destaca “Pós-modernismo ou a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio” (1984), indica entre outros, que o pós-moderno, como variante cultural e como prática estética, transformou-se em questão política, vista pela esquerda de então como conservadora e, por seus defensores, como única forma de radicalismo não atingido pelo fracasso de políticas radicais prévias. Além do mais, segundo o autor, de modo equivocado, o pós-modernismo foi frequentemente associado a várias teorias francesas, particularmente desconstrutivistas, que, naquele tempo, ganhavam perfil e terreno nos Estados Unidos como *Literary Criticism* mais avançado, cujo fracasso começou a delinear-se, no entanto, pelo academicismo insidioso do discurso crítico ao expulsar política e história da empresa das humanidades – denunciado por Edward Said como abandono da “worldliness of literature and criticism” – a favor de uma renovada celebração das altas literaturas e filosofias europeias por uma pequena elite de iniciados cujo discurso deixou de ser entendido pelos próprios colegas da academia.

Foi nessa constelação complexa dos anos 80 que se situou na academia americana uma mudança a favor de estudos culturais focalizando explicitamente questões de multiculturalismo, de gênero, raça e classe, vinculadas aos discursos pós-coloniais, temas praticamente ausentes, pelo menos nos textos canônicos iniciais do debate pós-moderno. Ruptura, continuidade, essa passagem do pós-moderno ao multiculturalismo? Uma repetição das indagações acerca da relação entre modernismo e pós-modernismo? Huyssen opta pela idéia de que se trata de um processo energizador.

Como nesta situação – e eis a questão que toca mais agudamente a problemática em pauta – enxergar as mudanças miúdas, assimilar os pequenos gestos discriminatórios sem errar o

caminho nos infundáveis cruzamentos e bifurcações de incontáveis discursos disciplinares, sem se perder nas vicissitudes e ambigüidades de um repertório teórico que cresce assustadoramente, não mais substituindo mas reinscrevendo sem cessar conceitos em novos contextos, também estes reinscritos, em estado permanente.

Em todo o caso, não se trata de um “happy pluralism or friendly bordercrossing” (p.308); por exemplo, o abandono – ou melhor, o declínio – do textualismo em suas versões pós-estruturalistas, desconstrutivistas, quando surgiu uma leitura política de textos na agenda, não foi resultado de uma diálogo amistoso dentro da academia. Para Huyssen, houve uma mudança saudável com o eclipse de Derrida a favor de Foucault, nos Estados Unidos; com a substituição da noção de alteridade reificada no discurso do Outro, com “O” maiúsculo (como verificamos em *A Mulher, O Subconsciente, O Terceiro Mundo*), pelos outros concretos com seus desejos particulares e sua inscrição em esferas históricas e sociais específicas. Quem está falando, para quê e para quem, são hoje perguntas pertinentes quando escutamos a cacofonia de múltiplas vozes discordantes; quando analisamos posições subjetivas no campo ampliado de leitura e escritura e quando prestamos atenção à localização do saber, à sua produção, disseminação e recepção no contexto de um processo de significação social situado numa rede de contingências e estruturas de poder de difícil percepção consciente.

Sob a ótica dessas novas formas de investigar as esferas sociais e culturais, em cooperação com múltiplas disciplinas, acentua-se o vínculo que o projeto pós-moderno mantém, apesar de tudo, com as narrativas mestras européias e americanas que pretendia questionar. Os diversos compromissos dos protagonistas sinalizam a opção: Habermas, ao clamar a finalização do projeto da modernidade, Lyotard e seu apelo a

radicalizá-lo e Jameson, *somehow* marxista, ensaiando um novo mapeamento global (p.309).

São as ausências de discursos sobre feminismo, sobre sexualidade, minorias diversas, culturas não ocidentais, na África, Ásia e América Latina, e a interpenetração acelerada dos Primeiros e Terceiros Mundos no interior das próprias metrópoles ocidentais que desvelam, com força, as limitações, pois ficou óbvio que não é suficiente situá-las no mundo vivencial da ação comunicativa de Habermas, nas pequenas narrativas de Lyotard ou no projeto anticapitalista de Jameson, que são – e não apenas aos olhos de Huysen – “just variants of an ultimately domesticated intellectual environment, however important. Such theories may be to nurture and to protect the always threatened and (...) space of free speech and intellectual queries within the metropolis itself” (p.310). Não custa acrescentar: e dentro da academia.

Essas perspectivas em seu conjunto abrem talvez caminho para modelos de sociedade que saibam lidar com o pluralismo de estruturas dinâmicas e tendências evolutivas, sem separar dicotomicamente aspectos opostos de realidade(s), mas considerando-os complementares. Tal gesto de integração de contrastes que qualifica essas novas teorias, é apreciado por Schmidt como auxílio para compreender problemas científicos e sociais em suas características parciais e renegociáveis e não como totais e definitivos. A vantagem de óticas desse gênero que se anunciam nas esferas da política, ciência, arte e nas experiências da vida cotidiana, situa-se em várias frentes. Além do abandono de hierarquias e dualismos discriminatórios tradicionais, emergem novas concepções para categorias centrais do pensamento e da ação. Entre elas a idéia de “identidades provisórias”, não apenas transferível para a compreensão do sujeito socializado concreto como lugar de produção de sentido, mas, de modo geral, rentável também para entender e propor soluções locais como estratégias parciais para compreender mundos de centros múltiplos.

Neste modelo, categorias dicotômicas do tipo verdadeiro/falso, ficcional/real, racional/irracional e sujeito/sociedade não são simplesmente ignoradas, mas localizadas e avaliadas de forma diferente em função de novas dimensões conceituais. Um dos belos exemplos desta perspectiva refere-se ao conhecimento do corpo. No processo histórico transformado em distintos mecanismos simbólicos, ele emerge reinterpretado enquanto esfera de experiências globais e não a partir da alternativa polar excludente de racionalidade/emocionalidade (Schmidt,1987:p.66).

O interesse dessas teorias que, em todos os níveis, revelam explicitamente a construtividade da nossa compreensão do mundo, encontra-se, para Schmidt, também na sua força como antídoto a posturas de resignação e ao ativismo enfático contra projetos de teorização que se pautavam, de certo modo, pelo desdém por racionalidades, nas duas décadas passadas, e pela simpatia por tendências irracionalistas aliadas, com frequência, a perspectivas paralizantes de aleatoriedade e indiferença, no estilo *pós-anything*.

O valor, digamos, supremo desses novos modelos analisados não só encontra respaldo mas expressa-se no entendimento geral de que o desaparecimento de construções absolutas de sentido corresponde simultaneamente a uma libertação e a compromissos morais e éticos. O argumento é plausível se compreendermos o mundo como nosso produto e, portanto, nos sentirmos responsáveis por ele. Se realidade, sentido, identidade e valor são constructos nossos, a sua realização de forma humana depende de nossas ações; e, se ninguém pode pleitear uma verdade absoluta, precisamos solucionar os nossos problemas em comum, de forma solidária e cooperativa. Nesta mesma orientação, a vida é compreendida como projeto auto-organizativo, onde processos dominam sobre estruturas, onde atitudes nômades, movimentos, caminhadas e experiências são

mais importantes do que a ocupação de territórios e formas de enraizamento, onde ações são mais significativas que posses e a coexistência plural mais essencial do que a convivência hierárquica (p.66).

O conjunto destas reflexões aponta para uma resposta clara à pergunta sobre as relações entre o projeto moderno e o pós-moderno. Diante da alternativa de liquidar a modernidade, no sentido da síndrome da crise antes esboçada, ou de “modernizá-la” – talvez melhor seria dizer: pós-modernizá-la – com gestos e atitudes de ampliação criativa, o peso da balança encaminha-se para a segunda hipótese.

Em muitos pontos semelhantes, estamos portanto diante de perspectivas que privilegiam conceitos construtivistas e pós-modernos complementares que sublinham possibilidades, não de repetir experiências e questões levantadas pela síndrome da crise do início do século – por Schmidt chamada de “ato fundador da modernidade” (p.66) – mas de reelaborá-las de forma inovadora e produtiva no contexto atual das nossas condições de vida alteradas. Vale referenciar – e reverenciar – a carta de intenções implícita nestes modelos: o comprometimento com a boa sociedade. Se aspirações como verdade absoluta e conhecimentos objetivos e últimos não movem nem legitimam a ação humana, abre-se espaço novamente para postulados éticos possíveis. Especialmente em Schmidt não apenas transparece mas explicita-se uma espécie de catálogo de normas e valores fundamentais para todas as ações, relativos basicamente a idéias e princípios gerais como liberdade, direito ao desenvolvimento individual, eliminação de hierarquias, solidariedade e cooperação, completados por valores cuja síntese fundadora se localiza no princípio do Esclarecimento de Kant: a saída dos homens de sua menoridade (Olinto,1989:p.22).

As novas racionalidades se encaminham, assim, numa direção de curiosidade perante pluralidades, mas de modo

peculiar: se, por um lado, não se moldam pelo recurso a uma hiperracionalidade *una* e obrigatória, por outro, não se pautam pela heterogeneidade radical como última palavra. A racionalidade possível opera nos espaços *intermezzo*, onde se expõem diferenças, mas não se destroem pontes, como diria Welsch (1987:p.315). Ela tece alianças sem forçar unidade, desfralda diversidades sem fragmentar tudo. É essa forma de razão que se caracteriza de modo singelo como pós-moderna, pois não joga contra o moderno mas, ao retomar os seus motivos básicos, convida-o à participação.

O casamento entre os dois, sintetizado de modo exemplar no título do livro de Welsch – “Nossa modernidade pós-moderna”, não apenas oferece uma das respostas possíveis à pergunta inicial de nossas reflexões, mas igualmente emerge como resposta específica para a nossa situação atual caracterizável, portanto, pela complexidade intransparente que necessita formas de racionalidade plurais, altamente diferenciados e diferenciáveis, flexíveis e reversíveis.

Um lembrete final: um nome é apenas um nome. Talvez infeliz porque causou certos estragos – no reino das idéias! Além do mais, esse batismo equivocado, ou apenas mal entendido, tão somente confirma a crise. Afinal, os nomes não correspondem às coisas. Alguma surpresa nisso?

Em nosso caso, a magia e irritação diante do nome errado transformaram a provocação do pós-moderno em ganho. Permitiram enxergar, de novo, o moderno como berço do conceito de pluralidade – uma idéia, durante certo tempo, subterrada em nome de interesses políticos e estéticos outros – e o pós-moderno enquanto radicalização desse motivo básico da síndrome de crise que perturba nossa consciência desde o início do século.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HABERMAS, Jürgen. "Die Moderne – ein unvollendetes Projekt". In: *Kleine politische Schriften*. Frankfurt, Suhrkamp, 1981, p.444-464.
- HUYSEN, Andreas. "The Fate of Difference: Pluralism, Politics, and the Postmodern". *Amerikastudien*, 38, 1993, p.303-311.
- JAMESON, Fredric. "Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*, 146, 1984, p.53-92.
- LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme*. Frankfurt, Suhrkamp, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Erkenntnis als Konstruktion*. Bern, Benteli, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Beobachtungen der Moderne*. Opladen, Westdeutscher Verlag, 1992.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris, Minuit, 1979.
- OLINTO, Heidrun Krieger. "A teoria na prática é outra". In: *Ciência da literatura empírica. Uma alternativa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p.13-33.
- SCHMIDT, Siegfried J. "Selbstorganisation-Wirklichkeit-Verantwortung". *Lumis- Schriften*, 1986, 9, p.1-18.
- \_\_\_\_\_. "Liquidation oder Transformation der Moderne?" In: H. Holländer e C. Thomsen (eds.). *Besichtigung der Moderne*. Köln, Dumont, 1987, p.53-70.
- \_\_\_\_\_. "Do texto ao sistema literário. Esboço de uma ciência da literatura empírica construtivista". In: OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Ciência da literatura empírica. Uma alternativa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Der Kopf, die Welt, die Kunst: Konstruktivismus als Theorie und Praxis*. Wien. Böhlau, 1992a.
- WALDENFELS, Bernhard. *In den Netzen der Lebenswelt*. Frankfurt, 1985.
- WELSCH, Wolfgang. *Unsere postmoderne Moderne*. Acta Humaniora, Weinheim, 1987.